

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ESTADOS UNIDOS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Setembro de 2019

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....	3
APRESENTAÇÃO DO PAÍS.....	4
PERFIL BIOGRÁFICO DO PRESIDENTE DONALD TRUMP	5
I – INFORMAÇÕES SOBRE O PAÍS	6
POLÍTICA INTERNA.....	6
POLÍTICA EXTERNA.....	8
ECONOMIA.....	10
II - RELAÇÕES BILATERAIS.....	12
INTRODUÇÃO: NOVO MOMENTO DAS RELAÇÕES.....	12
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	15
TEMAS SELECIONADOS DA RELAÇÃO BILATERAL.....	16
INGRESSO DO BRASIL NA OCDE	16
ACORDO DE SALVAGUARDAS TECNOLÓGICAS	17
ALIADO PRIORITÁRIO EXTRA-OTAN	17
ACORDO ABRANGENTE DE COMÉRCIO.....	18
FÓRUM DE ALTOS EXECUTIVOS (CEO FORUM)	19
DIÁLOGO COMERCIAL.....	20
FÓRUM DE ENERGIA.....	20
COMISSÃO DE RELAÇÕES ECONÔMICAS E COMERCIAIS (ATEC).....	21
GLOBAL ENTRY	21
FÓRUM PERMANENTE DE SEGURANÇA.....	22
FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES COM IMPACTO SOBRE BIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA.....	23
MEMORANDO DE ENTENDIMENTO NO CAMPO DA INFRAESTRUTURA.....	23
III - CRONOLOGIA HISTÓRICA DOS EUA	25
IV - CRONOLOGIA DA RELAÇÃO BILATERAL.....	28
V - ACORDOS BILATERAIS.....	32
VI - TABELAS ECONÔMICAS E COMERCIAIS	34

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estados Unidos da América
GENTÍLICO	Norte-americano ou estadunidense
CAPITAL	Washington, DC
ÁREA	9.631.418 km ²
POPULAÇÃO (est 2018, junho)	327,167 milhões (US Census Bureau)
IDIOMA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantes (52%), católicos (24%), mórmons (2%), judeus (2%), muçulmanos (1%), outras (19%)
SISTEMA DE GOVERNO	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral. A Câmara de Representantes (<i>House of Representatives</i>) é composta por 435 membros, eleitos para mandatos de 2 anos, e o Senado (<i>Senate</i>), por 100 membros (2 por estado), para mandatos de 6 anos.
CHEFE DE ESTADO	Donald John Trump (desde 20 de janeiro de 2017)
CHANCELER	Mike Pompeo (desde 26 de abril de 2018)
PIB NOMINAL (Bureau of Economic Analysis, estimativa anualizada para o terceiro trimestre de 2018)	USD 20,66 trilhões (maior PIB nominal do mundo)
PIB PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP)	USD 20,66 trilhões (2º maior PIB PPP do mundo)
PIB PER CAPITA (FMI, est 2018)	USD 65,06 mil
PIB PPP PER CAPITA (FMI, est 2019)	USD 65,06 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	1,8% (est. 2020); 2,5% (est 2019); 3% (2018); 2,9% (2017); 1,5% (2016); 2,9% (2015); 2,6% (2014); 1,7% (2013); 2,1% (2012);
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2018, PNUD)	0,93 (13ª posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA	79,5 anos (PNUD, relatório de 2018)
ALFABETIZAÇÃO	Informação oficial não disponível
ÍNDICE DE DESEMPREGO	3,9% (abril de 2018 - US Bureau of Labor Statistics)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar norte-americano (USD)
EMBAIXADOR EM WASHINGTON	Em processo de designação (Encarregado de negócios: Nestor José Forster Junior)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Em processo de designação (Encarregado de Negócios: William Popp)
BRASILEIROS NO PAÍS	Mais de 1,6 milhão, segundo estimativas

INTERCÂMBIO COMERCIAL (em USD milhões F.O.B) - Fonte: MDIC

Brasil - EUA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Intercâmbio	46.351,6	59.774,5	59.063,5	60.671,9	62.046,10	50.551,29	46.958,90	51.719,22	57.741,86
Exportações	19.307,2	25.804,6	26.700,8	24.653,5	27.027,77	24.079,94	23.156,30	26.872,63	28.774,09
Importações	27.044,3	33.970,0	32.362,6	36.018,4	35.018,33	26.471,34	23.802,60	24.846,59	28.967,77
Saldo	-7.737,0	-8.165,3	-5.661,8	-11.365,0	-7.990,43	-2.391,40	-646,30	+2.026,04	-193,68

APRESENTAÇÃO DO PAÍS

Os Estados Unidos da América são uma república constitucional federal composta por 50 estados e um distrito federal. A maior parte do país situa-se na América do Norte. Com 9,83 milhões de km² de área e população de cerca de 326,6 milhões de habitantes, o país é o quarto maior em área total, o quinto maior em área contígua e o terceiro em população.

Fundado por treze colônias do Império Britânico localizadas em sua costa atlântica, o país declarou independência em 4 de julho de 1776 e teve sua atual Constituição aprovada em 1787, pela Convenção de Filadélfia. A Carta dos Direitos, composta por dez emendas constitucionais que garantem vários direitos civis e liberdades fundamentais, foi ratificada em 1791.

No século XIX, sob a doutrina do destino manifesto, os Estados Unidos promoveram importante expansão territorial na América do Norte. Entre 1861 e 1865, os conflitos entre o sul agrário e o norte industrializado levaram à Guerra de Secessão. A vitória do Norte impediu a separação do país, assegurou o fim da escravatura e contribuiu para que, já no final do século XIX, a economia norte-americana se tornasse a maior do mundo. A Primeira e a Segunda Guerra Mundial confirmaram a condição do país como potência militar.

Os Estados Unidos são uma das nações mais etnicamente diversas do mundo. Sua geografia e clima também são diversificados, com desertos, planícies, florestas e montanhas que abrigam grande variedade de espécies. Maior economia mundial, alimentada pela abundância de recursos naturais, por infraestrutura bem desenvolvida e pela alta produtividade, os Estados Unidos respondem por cerca de 39% dos gastos militares do planeta e são também uma grande potência nos planos político e cultural.

PERFIL BIOGRÁFICO DO PRESIDENTE DONALD TRUMP

Presidente dos Estados Unidos da América



Donald John Trump - empresário, investidor e personalidade da mídia norte-americana - nasceu em 14 de junho de 1946, em Nova York.

Depois de dois anos de estudo na Universidade Fordham, em Nova York, graduou-se, em 1968, no curso de economia da *Wharton School of Finance*, da Universidade da Pensilvânia. Após completar seus estudos, ingressou na empresa nova-iorquina do ramo imobiliário fundada por seu pai, a *Elizabeth Trump & Son*.

Em 1971, assumiu o comando da companhia paterna e mudou seu nome para *The Trump Organization*. No início da carreira, manteve foco na construção de arranha-céus, hotéis, cassinos e campos de golfe. Ao longo do tempo, expandiu seus negócios para outros setores e países: licenciamento da marca Trump para a comercialização de produtos e edifícios; venda de livros; promoção de concursos de beleza e produção de programas de televisão. O *reality show* da NBC *The Apprentice* (O Aprendiz) reforçou a sua fama.

Casou-se, pela terceira vez, em janeiro de 2005, com a modelo eslovena Melania Knauss. Tem cinco filhos: Donald Trump Jr, Ivanka Trump, Eric Trump, Tiffany Trump e Barron Trump.

Em 19 de julho de 2016, Trump foi confirmado como o candidato do Partido Republicano para a eleição presidencial nos Estados Unidos, vencendo prestigiosos nomes do establishment do Partido Republicano, como Jeb Bush, Marco Rubio e Ted Cruz, entre outros.

Derrotou, nas eleições de 8 de novembro de 2016, a candidata democrata, Hillary Clinton, ex-primeira-dama, ex-senadora por Nova York e ex-secretária de Estado do governo Obama, tornando-se, assim, o 45º presidente dos Estados Unidos, em 20 de janeiro de 2017.

I – INFORMAÇÕES SOBRE O PAÍS

POLÍTICA INTERNA

O poder legislativo nos EUA é composto por duas Casas: a Câmara de Representantes e o Senado. A Câmara de Representantes é composta de 435 deputados que exercem mandato de dois anos. Cada deputado representa um distrito eleitoral que deve conter, em média, a mesma população (em torno de 710 mil habitantes). Esses distritos são redesenhados a cada 10 anos para refletir o novo censo populacional. A Califórnia, Estado mais populoso, possui 53 distritos eleitorais que elegem cada qual um representante. Alguns Estados com população muito pequena elegem apenas um deputado (como Alaska e Delaware). Cada um dos 50 Estados estadunidenses elege dois senadores, ou seja, total de 100, que exercem mandato de seis anos.

Donald Trump elegeu-se presidente dos Estados Unidos em novembro de 2016, tendo tomado posse em janeiro do ano seguinte. O Presidente Trump logrou a nomeação de dois juízes conservadores para a Suprema Corte, a aprovação de reforma tributária, a revisão parcial do plano de saúde criado pelo Presidente Obama (“Obamacare”), o reforço do orçamento das Forças Armadas e a intensificação de políticas migratórias. O tema da construção de muro na fronteira com o México segue no centro da agenda política.

Nas eleições legislativas de meio de mandato (novembro de 2018), o Partido Republicano ampliou em dois assentos sua maioria no Senado, com 53 assentos para os republicanos e 47 para os democratas, mas perdeu o controle da Câmara para o Partido Democrata (235-200). Não devem ser afetadas, no entanto, pautas de competência exclusiva do Senado, como a confirmação de juízes para os tribunais superiores.

Em meados de fevereiro último, o Senado e a Câmara aprovaram os termos de acordo bipartidário em relação ao orçamento do governo federal, o qual previa a liberação de USD 1,375 bilhão para a construção de quase 90 km de novas barreiras na fronteira com o México.

Posteriormente, o Presidente Trump declarou estado de emergência nacional na fronteira com o México para financiar a construção do muro. Não obstante, em 14/3, o Senado aprovou, por 59 votos a 41, resolução para anular a declaração presidencial. Após a votação, o Presidente Trump utilizou o instituto do veto pela primeira vez em seu mandato. O desfecho do caso, portanto, dependerá do Judiciário, onde a medida é questionada por associações de

direitos civis e por procuradores-gerais de 16 estados norte-americanos.

Após requisição da presidência da Comissão de Assuntos Judiciários da Câmara de Representantes, em 18/4, foi divulgado integralmente o relatório do procurador especial Robert Mueller, sobre alegado conluio entre membros da campanha presidencial de Donald Trump e agentes russos. O texto mantém aberta a possibilidade de investigações legislativas sobre obstrução de justiça por parte do presidente, mas não houve uma conclusão de que a campanha do Presidente ou ele próprio tivessem se envolvido no alegado conluio. O governo buscou reforçar a tese de que o relatório exonera o presidente de ter cometido qualquer infração.

Segundo a empresa Gallup, em outubro, a avaliação favorável do presidente foi de 39% dos entrevistados. O nível de aprovação do presidente mantém-se semelhante ao de meses anteriores (que oscilou entre 39% e 44% desde julho). Já o Rasmussen Reports, muito citado pelo presidente, indicou uma aprovação de Trump da ordem de 46% em outubro (dois pontos abaixo dos 48% registrados em setembro pelo mesmo instituto de pesquisas).

Já teve início a preparação para as eleições presidenciais de 2020. De acordo com 117 pesquisas eleitorais agregadas pelo site "RealClearPolitics" desde o início de 2019, Joe Biden lidera as pesquisas de intenção de votos no campo democrata, com média de 270%, seguido por Elizabeth Warren, com 20,3%, Bernie Sanders, com 18,8%, Pete Buttigieg, com 8,3% e Kamala Harris, com 4,8%. No dia 15 de novembro, ocorreu no estado de Ohio – importante "swing state" -, o quarto debate televisionado das primárias do Partido Democrata. A divisão entre as alas "progressista" e "pragmática" do partido acentuou-se com a ascensão de Elizabeth Warren e com o relativo declínio de Joe Biden.

No dia 24 de setembro, a "speaker" da Câmara dos Deputados, Nancy Pelosi, anunciou apoio a inquérito formal de "impeachment" contra o presidente Donald Trump. O anúncio ocorreu na esteira de denúncias de que o presidente Trump teria pressionado, em ligação telefônica realizada em 25 de julho, o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, a investigar o pré-candidato à presidência do Partido Democrata, Joe Biden, e seu filho, Hunter Biden, por alegada corrupção. Hunter Biden trabalhou para uma empresa ucraniana de energia no período em que Biden foi responsável pela coordenação da política externa norte-americana para a Ucrânia.

O movimento de Pelosi respondeu ao crescente apoio público de democratas da ala moderada do partido ao "impeachment". Pelosi afirmou que a conversa do presidente Trump com o mandatário ucraniano "violava a constituição" e que

a recusa do envio ao Congresso de documentação de inteligência relacionada à conversa "violava a lei". As reações à transcrição refletem a polarização que marca a política norte-americana. Os republicanos têm buscado mostrar união em torno do presidente. O presidente do Comitê de Assuntos Judiciários do Senado, Lindsay Graham (R-SC), afirmou que "to impeach a president over a phone call like that would be insane" e que não haveria "nada inapropriado" na conversa. Classificou o fato de Biden ter pressionado, quando era vice-presidente, o governo ucraniano a demitir seu procurador-geral como "conflito de interesse", uma vez que, segundo as alegações, o procurador estaria investigando a empresa para a qual trabalhava Hunter Biden.

No dia 31 de outubro, a Câmara de Deputados aprovou (em votação de 232 a 196) o início de fase pública de sessões relacionadas a investigação relativas a processo de impeachment do presidente Trump. A decisão permite aos integrantes da Câmara promoverem entrevistas em que podem ser apresentadas informações públicas. No Senado, o Partido Republicano mantém maioria e a aprovação de impeachment exigiria, naquela casa, votos de 2/3 dos senadores. Os republicanos insistem que o processo constitui uma perda de energia e simples tática dos democratas para buscarem aumentar sua popularidade, sem que haja nada de mais concreto que possa ser considerado um ato punível com o impeachment.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do governo do presidente Donald Trump tem sido marcada pelo conceito "America First" e pela intensa defesa do que se identificam como interesses dos Estados Unidos. A atual visão de mundo dos EUA prioriza a "competição entre potências", não só com a China – de que é exemplo a "guerra comercial" objeto de negociações ora em curso –, mas também com a Rússia. Há crescente preocupação norte-americana com a presença na América Latina daqueles atores extrarregionais, por razões econômicas e geopolíticas.

A ênfase no tratamento bilateral da agenda internacional é um dos traços distintivos da política externa do governo Trump. Verifica-se abordagem mais transacional com parceiros tradicionais (UE, Canadá) na busca de concessões e vantagens. A administração Trump tem recorrido com frequência a ações como o uso crescente de sanções (reimposição de sanções secundárias contra o Irã e sanções diversas a membros do regime de Nicolás Maduro) e medidas de defesa comercial (sobretaxas sobre aço e alumínio, por alegadas

razões de “segurança nacional”).

O governo Trump tem sido, em geral, crítico às principais organizações internacionais (ONU, OMC), que, a seu ver, não estariam cumprindo parte dos objetivos para os quais foram concebidas. Tem-se mostrado disposto, também, a revisar e/ou abandonar acordos multilaterais e regionais, como foram os casos do TPP, o NAFTA, o Acordo de Paris e o acordo nuclear com o Irã, conhecido pela sigla em inglês JCPOA. Tem buscado, ainda, o reequilíbrio de responsabilidades e custos com aliados (Coreia do Sul, OTAN) e, mais recentemente, o redimensionamento de sua presença militar externa, como na Síria e no Afeganistão.

Com relação à América Latina, a política externa do governo Trump tem sido caracterizada, basicamente, pelo tripé “imigração, segurança e prosperidade econômica”. Os EUA têm dado atenção crescente ao hemisfério, ante o agravamento da crise na Venezuela, sobretudo a partir de janeiro último, quando do reconhecimento, por dezenas de países (inclusive o Brasil e os EUA), do presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, como legítimo presidente interino encarregado daquele país até a realização de novas eleições. Os governos de Venezuela, Nicarágua e Cuba foram descritos publicamente, em mais de uma ocasião, pelo ex-conselheiro de segurança nacional da Casa Branca, John Bolton, como “troika da tirania”. No dia 14 de novembro, o governo norte-americano formalizou o reconhecimento da senadora Jeanine Áñez como presidente interina da Bolívia.

A já citada disputa geoeconômica entre EUA e China continua a concentrar a atenção dos principais agentes econômicos da economia mundial. Após o encontro dos presidentes Trump e Xi Jinping, em Osaka (junho), delegação de negociadores dos EUA reuniu-se com o lado chinês, no final de julho, a fim de identificar possíveis pontos de entendimento. No dia 1º de agosto, um dia após conclusão da primeira rodada de negociações comerciais com a China, classificadas como “construtivas” pelo governo, Trump anunciou aplicação de nova tarifa de 10% sobre USD 300 bilhões em produtos chineses. No entanto, no final de setembro, autoridades norte-americanas indicaram disposição para retomar as negociações a fim de encontrar soluções duradouras para o desequilíbrio comercial.

Analistas econômicos avaliam que processo de descolamento econômico entre os EUA e a China (“decoupling”) pode ter impactos sobre a economia global mais significativos e duradouros do que eventuais acordos setoriais entre os governos no curto prazo. A consultora Gavekal/Dragonomics registra mudança na avaliação de empresários nos EUA e na China sobre as

possibilidades de médio prazo dos investimentos e da cooperação bilateral. Por exemplo, o fluxo de investimento da China aos EUA, em 2017, foi de USD 29 bilhões; em 2018, caiu para USD 5 bilhões.

ECONOMIA

De acordo com o “Bureau of Economic Analysis”, o PIB dos EUA cresceu 1,9% no 3º trimestre de 2019, em comparação ao mesmo período em 2018. O crescimento do PIB no 2º trimestre de 2019 havia sido de 2,1%. O atual período de expansão já é o maior registrado na história dos EUA. No entanto, a economia continua a dar sinais de desaceleração do crescimento.

Os dados macroeconômicos para setembro registram taxa de desemprego de 3,5%, índice considerado por alguns analistas como de “pleno emprego”. A inflação mostra-se estável, em patamar semelhante ao de meses anteriores, em 2,2% (indicador “personal consumption expenditures”). Esses elementos contribuíram, ao lado da avaliação sobre riscos de instabilidade na economia mundial, à decisão do Fed, anunciada em 3 de outubro, de realizar o terceiro corte consecutivo da taxa de juros (de -0,25 ponto percentual), para faixa de 1,5% a 1,75% ao ano.

Na conjuntura atual de desaceleração do crescimento econômico, a trajetória de expansão da dívida pública gera preocupação entre analistas, uma vez que o déficit continua a aumentar, apesar do aumento da arrecadação (fruto do crescimento econômico) e da baixa taxa de desemprego (o que desonera programas sociais). Ainda sobre a política fiscal dos EUA, a proposta de orçamento tabulada pelo Executivo para 2019-2020 projeta déficit de aproximadamente US\$ 1 trilhão por ano, nos próximos quatro anos, sem a perspectiva de superávits fiscais pelos próximos 15 anos, mesmo levando em consideração uma expectativa de crescimento do PIB de 4% ao ano.

Sobre a balança comercial, observa-se que a crescente demanda – pelo lado do consumo e dos gastos governamentais – impulsionam a expansão das importações. De janeiro a junho de 2019, o déficit na balança comercial de bens aumentou 2,9%, se comparado ao mesmo período em 2018, alcançando o valor de US\$ 439,2 bilhões.

Com relação à China, o fluxo comercial bilateral diminuiu de USD 200,4 bilhões, no primeiro semestre de 2018, a USD 179,8 bilhões, no primeiro semestre de 2019. As exportações dos EUA para a China diminuíram 18,1%, no primeiro semestre de 2019, comparado ao mesmo período em 2018, enquanto as importações de bens chineses caíram 12,2%, comparado ao mesmo período

em 2018.

No dia 7 de outubro o USTR Robert Lighthizer e o embaixador do Japão nos EUA, Shinsuke Sugiyama, assinaram o Acordo de Comércio Estados Unidos - Japão (USJTA) e o Acordo de Comércio Digital Estados Unidos - Japão (USJDTA), em cerimônia realizada na Casa Branca, na presença do presidente Donald Trump. Segundo o USTR, as negociações concentraram-se em: acesso a mercado em bens agrícolas, redução tarifária em bens industriais e comércio digital. Em declarações iniciais sobre o acordo, o USTR expressou satisfação com a perspectiva de ganhos, em agricultura, nos setores de carne bovina e suína, trigo, laticínios, vinho e etanol. Sobre bens industriais, feita a exceção ao setor automobilístico, indicou que haveria redução de tarifas em diversos setores. Em referência a comércio digital, afirmou que o acordo promove “elevados padrões”.

II - RELAÇÕES BILATERAIS

INTRODUÇÃO: NOVO MOMENTO DAS RELAÇÕES

Os EUA são o mais antigo e tradicional parceiro brasileiro. Em 1824, foram o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil. Em sentido inverso, o Imperador Dom Pedro II foi o primeiro Chefe de Estado estrangeiro a visitar os EUA, em 1876. As representações diplomáticas de ambos os países nas respectivas capitais foram elevadas à categoria de Embaixadas em 1905.

As relações passaram por oscilação ao longo da história - conforme o período histórico e a visão dos respectivos governos de turno -, com momentos de forte aproximação e de certa distância. No longo prazo, porém, prevaleceu o interesse mútuo em manter relações produtivas e próximas, em benefícios de ambas as sociedades.

Brasil e Estados Unidos são os dois maiores países do continente americano. Ambos possuem economias dinâmicas e diversificadas e grande convergência de valores e interesses. Os Estados Unidos são o principal destino das exportações brasileiras de produtos manufaturados, além de ser um investidor tradicional no Brasil, contando com empresas com presença no mercado brasileiro há mais de cem anos. As empresas brasileiras, por sua vez, têm investido cada vez mais nos Estados Unidos como forma de ganhar escala, absorver tecnologia e lançar-se ao mundo. As relações humanas também têm ganhado importância por meio do incremento de viagens de turismo e negócios, intercâmbio acadêmico e atividades culturais.

De um total de 6,8 milhões de turistas internacionais que vieram ao país em 2018, os norte-americanos representam o segundo maior contingente. Os EUA são o único país não sul-americano que figura na lista dos cinco maiores emissários de turistas ao Brasil. No que tange ao intercâmbio acadêmico, o Brasil é o 9º principal país de origem de estudantes internacionais (16.059) para os EUA. No período compreendido entre os anos letivos de 2017-2018 e 2018-2019, o número de estudantes brasileiros cresceu 9,8% nos EUA, o segundo maior percentual de aumento segundo o relatório “Open Doors”, elaborado no ano de 2019 pelo Instituto Internacional de Educação (IIE) dos Estados Unidos. O estado de Massachusetts é um dos cinco principais destinos de estudantes brasileiros nos EUA, ao lado de Califórnia, Nova York, Flórida e Texas.

As relações bilaterais entre o Brasil e os EUA constituem um patrimônio não apenas dos governos, mas também das respectivas sociedades, que possuem interesse na ampliação dos vínculos entre os dois países como

forma de gerar prosperidade, segurança e bem-estar para ambos os países. Há um claro interesse dos dois lados no sentido de dar um salto de qualidade nas relações bilaterais. Apesar da densidade dessas relações, há muitas e novas oportunidades que ainda podem ser exploradas nos mais diversos campos do relacionamento bilateral, com destaque para a integração de cadeias de valor, a melhoria do ambiente de negócios e o fomento dos investimentos, a facilitação e desburocratização do comércio, a ampliação das iniciativas conjuntas em ciência, tecnologia e inovação, e o fortalecimento da cooperação em matéria de defesa, segurança, energia, espaço exterior, educação e cultura.

A intensa interlocução entre os governos do Brasil e dos EUA ocorre por meio de mais de trinta mecanismos de cooperação. Entre os principais fóruns de coordenação bilateral destacam-se:

- Diálogo de Parceria Estratégica, lançado em 2019 e conduzido pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil e o secretário de Estado dos Estados Unidos;

- Diálogo de Cooperação em Defesa (conduzido pelo ministro da Defesa do Brasil e o secretário de Defesa dos Estados Unidos);

- Fórum Permanente de Segurança Brasil-EUA;

- Fórum de Altos Executivos Brasil-Estados Unidos (CEO Forum);

- Fórum Brasil - EUA de Energia;

- Diálogo Comercial; e

- Comissão de cooperação econômica e comercial.

No último dia 28 de junho, os presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump encontraram-se pela segunda vez, à margem da Cúpula do G-20, na cidade de Osaka. O encontro em Osaka proporcionou oportunidade para uma conversa de seguimento da visita do Presidente Bolsonaro a Washington, em março passado, considerada um novo marco na relação bilateral. Durante a visita a Washington, o elevado grau de convergência de valores e interesses entre Brasil e EUA foi utilizado para solidificar aliança verdadeiramente estratégica, ancorada numa agenda de longo prazo que se traduza em ambiciosa integração econômica, comercial e energética, na parceria cada vez mais profunda em defesa e segurança, e na promoção conjunta de uma região democrática, segura e próspera, e de um mundo mais livre, estável e pacífico.

Entre os resultados da visita de março, sobressaem os seguintes: a assinatura de um novo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, que permitirá lançamentos comerciais dos EUA a partir do Centro Espacial de Alcântara (o Acordo já se encontra sob análise do Congresso Nacional); a assinatura de acordo entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a NASA para o

desenvolvimento de um pequeno satélite de monitoramento do clima espacial; o apoio dos EUA para o início do processo de acesso do Brasil como membro pleno da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE); a designação do Brasil como aliado preferencial extra-OTAN, que abre novas possibilidades de cooperação em matéria de defesa; a retomada ou o lançamento, em novas bases, de mecanismos bilaterais com o objetivo de remover barreiras ao comércio e fomentar investimentos (Fórum de Altos Executivos; Fórum de Energia; Comissão de Relações Econômicas e Comerciais; Diálogo Comercial).

Assuntos consulares

A rede consular do Brasil nos EUA conta com 10 Consulados-Gerais nas seguintes cidades: Atlanta; Boston; Chicago; Hartford; Houston; Los Angeles; Miami; Nova York; São Francisco e Washington.

Estima-se que a comunidade de brasileiros nos EUA é formada um milhão e seiscentos mil indivíduos. Trata-se do maior contingente de nacionais fora do país. A política de assistência consular do Itamaraty compreende iniciativas voltadas à ampliação do atendimento consular, ao reforço do associativismo em conselhos de cidadãos brasileiros, ao enfrentamento à violência contra a mulher, ao apoio ao micro e pequeno empreendedorismo, à educação de crianças e à facilitação do exercício do direito ao voto no exterior.

Dados compilados pela embaixada do Brasil em Washington registram que 538,532 turistas dos EUA visitaram o Brasil em 2018 (alta de 12%, comparado a 2017). Os EUA são o segundo maior emissor de turistas ao Brasil, com 8%, atrás da Argentina, com 38%. Os EUA são o principal destino dos turistas brasileiros, com 2,2 milhões de visitantes em 2018. No final de 2018, havia 217 voos diretos semanais entre Brasil e EUA, conectando 13 aeroportos norte-americanos a 10 aeroportos brasileiros. Os principais aeroportos nos EUA (Miami, Orlando e NY) concentram quase 60% dos voos diretos para o Brasil. Em termos de despesas econômicas decorrentes do turismo, o DoC registra que, em 2018, turistas brasileiros gastaram USD 11,5 bilhões nos EUA enquanto turistas norte-americanos dispenderam USD 739 milhões no Brasil.

Representantes do “U.S. Census Bureau” informaram o Consulado do Brasil em Boston que, de acordo com estatísticas oficiais, em 2017, foram contabilizadas 415 mil pessoas nascidas no Brasil que residem nos EUA (aumento de 10% com relação a 2016). Além disso, informaram que 481 mil residentes no país identificaram-se como de ascendência brasileira (aumento de

13% comparado a 2016). A Flórida é o estado com o maior número de brasileiros residentes, 109 mil (aumento de 23% com relação a 2016), seguido de Massachusetts, com 79 mil brasileiros (aumento de 9% com relação a 2016). O consulado observa que a metodologia de pesquisa anual, por ser de amostragem, pode subestimar o tamanho real da população imigrante.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Os EUA continuam a ser, em termos absolutos, o nosso segundo parceiro comercial, com quem mantivemos intercâmbio em 2018 de cerca de USD 58 bilhões. Os EUA são o principal destino de nossas exportações de manufaturados e semimanufaturados. É também o país com maior estoque de investimentos no Brasil, estimado em mais de US\$ 103 bilhões, segundo dados do Banco Central do Brasil.

Entre 2017 e 2018, dados do Ministério da Economia registram que as exportações do Brasil para os Estados Unidos aumentaram 7,08%, ao valor de USD 28.774,09 milhões. No mesmo período, as importações de bens dos EUA aumentaram 16,59%, registrando valor total de USD 28.967,77 milhões. Assim, o saldo comercial Brasil – Estados Unidos, entre 2017 e 2018 foi deficitário para o Brasil em USD 193 milhões. Em 2018, os EUA representaram 12% das exportações brasileiras e foi o 2º principal destino das exportações. Em 2018, os EUA representaram 16% das importações brasileiras e foi a 2ª principal fonte de importações.

Entre janeiro e outubro de 2019, os EUA representaram 13,1% das exportações brasileiras (com USD 24,2 bilhões) e foi o 2º principal destino das exportações. No mesmo período, os EUA representaram 16,8% das importações brasileiras (com USD 23,6 bilhões) e foi a 2ª principal fonte de importações. Entre janeiro e outubro de 2019, as exportações brasileiras aos EUA expandiram 2,04% e as importações aumentaram em 7,07%. O intercâmbio comercial de janeiro a outubro de 2019 gerou déficit para o Brasil no valor de USD 1.13 bilhões.

Dados oficiais dos Estados Unidos registram que o estoque de investimento estrangeiro direto dos EUA, em 2017, era de USD 6 trilhões. Entre 2008-2017, esse estoque aumentou em USD 2,78 trilhões, representando um crescimento de 86% no período. Entre 2013 e 2017, o estoque de IED norte-americano no Brasil caiu a uma taxa média anual de -0,5%, refletindo as crises econômicas e políticas no país. Com a gradual recuperação da recessão econômica, o estoque de IED dos EUA no Brasil voltou a crescer, de USD 56,8 bilhões, em 2015, a USD 68,2 bilhões em 2017 (“Bureau of Economic

Statistics”).

Relatório do Banco Central do Brasil sobre investimento direto no país (2018) registra que os EUA respondiam, em 2016, por 15% do estoque de IED (USD 106 bilhões). Pelo critério de “investidor imediato”, o estoque de investimento era de USD108 bilhões, comparativamente a USD110 bilhões, sob a ótica do controlador final. Em 2015, a posição imediata totalizou USD 69 bilhões, enquanto a posição de controlador final atingiu USD 77 bilhões. Vale lembrar que, assim como os demais principais investidores estrangeiros no Brasil, os EUA também canalizam parte significativa (aprox. 12%) dos seus investimentos no país por meio de Luxemburgo e dos Países Baixos, o que dificulta a medição dos fluxos de IED no Brasil.

Estudo da APEX sobre o IED dos EUA no Brasil informa que, em termos de distribuição setorial, o IED norte-americano tem maiores concentrações em finanças e seguros e em mineração. Em 2015, as afiliadas norte-americanas criaram mais de 654 mil vagas de emprego, responderam por mais de USD 171,3 bilhões em vendas e geraram USD 37,2 bilhões em valor agregado ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. De 2009 a 2015, os ativos das afiliadas dos EUA no Brasil aumentaram 29,8%, enquanto as vendas aumentaram 20,6%. Somente em 2015, as afiliadas dos EUA no Brasil exportaram para o exterior USD 8,5 bilhões.

TEMAS SELECIONADOS DA RELAÇÃO BILATERAL

INGRESSO DO BRASIL NA OCDE

O apoio dos EUA à acessão do Brasil à OCDE, registrado em comunicado conjunto entre Brasil e EUA em março último, foi confirmado na última reunião ministerial da OCDE (Paris, 23/5/2019). O apoio dos EUA é um importante passo para o avanço no interesse brasileiro em aceder à OCDE, já que significa o último apoio necessário para completar consenso favorável entre os países membros. O Brasil busca obter a aprovação de seu processo de acessão pela OCDE com a maior brevidade. O apoio norte-americano não se tornará, contudo, operacional na ausência de uma solução para o conjunto das candidaturas. As negociações para a ampliação da Organização demandam consenso entre os membros sobre o grupo de candidaturas cujos processos de acessão serão iniciados. Além do Brasil, a OCDE examina pedidos de acessão dos seguintes países: Argentina, Bulgária, Croácia, Peru e Romênia.

Ao Brasil interessa haver aceitação entre os membros da OCDE de proposta de sequenciamento para a acessão de novos membros, conforme apresentada pelo Secretário-Geral da organização.

ACORDO DE SALVAGUARDAS TECNOLÓGICAS

O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas com os Estados Unidos (AST) foi assinado no dia 18 de março último, em Washington. No dia 12 de novembro o plenário do Senado Federal aprovou o texto do Acordo, que já havia sido chancelado pela Câmara dos Deputados. Concluiu-se, assim, em menos de um ano, a tramitação legislativa do instrumento. Uma vez ratificado, permitirá lançamentos espaciais comerciais do Centro de Lançamentos de Alcântara, garantindo ao Brasil acesso a mercado que hoje é de US\$ 350 bilhões, mas que crescerá para algo em torno de US\$ 1 trilhão até 2040.

O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) tem por objetivo permitir que veículos lançadores e cargas úteis comerciais de qualquer nacionalidade que contenham equipamentos ou tecnologias norte-americanas sejam lançadas a partir do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão. Muitos equipamentos utilizados nas operações espaciais em todo o mundo, seja nos veículos lançadores ou mesmo nos veículos ou cargas úteis neles embarcados, contêm tecnologias norte-americanas controladas, sendo esses componentes sujeitos a autorizações específicas para exportação pelo Governo dos Estados Unidos. Nesse sentido, o AST é condição *sine qua non* para que seja possível realizar lançamentos espaciais envolvendo tecnologia espacial desenvolvida pelos Estados Unidos, em qualquer centro de lançamento.

O AST representa uma oportunidade singular de viabilizar, em curto e médio prazos, a entrada do CLA no bilionário e crescente mercado espacial internacional. Esta nova atividade econômica trará benefícios significativos para aquele Centro, permitindo seu pleno desenvolvimento, com a atração de investimentos, o desenvolvimento de uma cadeia produtiva de alto valor agregado com inúmeros postos de trabalho no Brasil - de maneira significativa atividades que requeiram relevante capacitação -, e o fortalecimento do Programa Espacial Brasileiro (PEB), incrementando ao mesmo tempo a arrecadação de impostos naquela região do país.

ALIADO PRIORITÁRIO EXTRA-OTAN

No dia 31 de julho, a Casa Branca divulgou a "Presidential

Determination No. 2019-21", pela qual o Presidente Donald Trump designa o Brasil como "Major Non-NATO Ally", ou aliado preferencial extra-OTAN. A normativa deverá ser, agora, publicada no "Federal Register", equivalente local do Diário Oficial da União, a partir de quando estará concluído o processo formal de designação do Brasil como "Aliado Prioritário Extra-OTAN" dos Estados Unidos.

O status de MNNA eleva a parceria estratégica com os Estados Unidos a um novo patamar de confiança e cooperação. A condição de MNNA é conferida a número restrito de países, considerados de interesse estratégico para os EUA, e torna-os elegíveis para maiores oportunidades de intercâmbio e assistência militar, compra de material de defesa, treinamentos conjuntos e participação em projetos.

A base industrial de defesa brasileira poderá ser beneficiada pelo status de MNNA ao integrar-se de forma mais competitiva nas cadeias globais de valor de alta tecnologia do setor. Poderão ser discutidas opções de maior acesso ao mercado norte-americano e a financiamentos para produtos de defesa exportados pelo Brasil, além da participação em licitações e empreendimentos conjuntos. Espera-se, ademais, a facilitação de trâmites para a aquisição de produtos de alta tecnologia necessários ao avanço de programas estratégicos nacionais.

Tendo em vista a oficialização do reconhecimento do Brasil como parceiro preferencial extra-OTAN, os dois governos estudam possibilidades concretas para aprofundar a cooperação bilateral. O governo brasileiro tem manifestado o interesse em utilizar o novo "status" conferido para viabilizar parcerias em termos de atividades de cooperação, oportunidades comerciais que beneficiem as indústrias de defesa dos dois países e a identificação de oportunidades de pesquisa conjunta.

ACORDO ABRANGENTE DE COMÉRCIO

No dia 30 de julho, em entrevista a jornalistas na Casa Branca, o presidente Donald Trump afirmou que os EUA trabalharão para acordo comercial com o Brasil. A declaração se deu no momento em que se realizava de visita do secretário de comércio Wilbur Ross ao Brasil, que também mencionou a possibilidade de um acordo comercial. O Presidente norte-americano afirmou sua disposição de seguir fortalecendo o excelente relacionamento com o Brasil.

No dia seguinte (31/7), o Secretário de Comércio dos EUA manteve

audiências com o Senhor Presidente da República e com o ministro da Economia, ocasiões em que se reforçou o interesse de ambos os governos no estreitamento das relações econômico-comerciais bilaterais.

Durante a visita de Wilbur Ross, confirmou-se a determinação dos dois governos de trabalhar pela aproximação comercial, expansão dos fluxos de comércio e investimentos e redução das barreiras existentes em ambos os mercados. A possibilidade de negociação comercial mais ampla, inclusive entre o MERCOSUL e os EUA, está sendo avaliada.

Em setembro, dois dos principais mecanismos de cooperação econômica realizaram reuniões técnicas. No dia 9/9, ocorreu a segunda videoconferência no âmbito da Comissão de Relações Econômicas e Comerciais (ATEC) e, no dia 26/9, ocorreu a plenária do Diálogo Comercial. Ambos os mecanismos contribuem para explorar temas específicos de cooperação econômico-comercial, como facilitação de comércio, convergência regulatória, avaliação de conformidade, propriedade intelectual, entre outros. Avanços nesses mecanismos podem gerar entendimentos concretos que estimulem diálogos exploratórios com vistas a um acordo comercial mais abrangente.

FÓRUM DE ALTOS EXECUTIVOS (CEO FORUM)

O Foro de Altos Executivos Brasil-EUA (CEO Fórum) congrega 12 CEOs brasileiros e 12 CEOs norte-americanos para tratar de temas relacionados à integração produtiva, facilitação de comércio e investimentos. Ao final dos encontros, os CEOs apresentam recomendações com propostas concretas para melhorar a relação bilateral. A última edição do Fórum ("IX CEO Fórum") realizou-se em junho de 2015, em Washington e a próxima edição ocorrerá em Washington, em novembro.

Nos dias 22 e 23 de setembro, realizou-se, em Brasília, reunião preparatória entre os assessores brasileiros e norte-americanos do CEO Forum. O encontro permitiu aos representantes empresariais revisarem propostas de políticas a serem encaminhadas aos dois governos, durante a plenária do CEO Forum. Os grupos temáticos discutidos entre os representantes empresariais norte-americanos e brasileiros são: tecnologia e telecomunicações (com foco em cooperação espacial e 5G); infraestrutura (com foco no ambiente de negócios, em transportes, energia e sustentabilidade); tributação, comércio e outras reformas (com foco no Acordo para evitar a Bitributação, no Acordo de Reconhecimento Mútuo de Operador Econômico Autorizado e no "Digital tax"); e educação e capacitação de mão-de-obra (temas de saúde e "empregos do

futuro"). A lista final de recomendações, que terá maior detalhamento, será anunciada mais próximo da data do CEO Forum (novembro, 2019).

DIÁLOGO COMERCIAL

O Diálogo Comercial tem sido importante mecanismo de diálogo do Departamento de Comércio dos EUA com o governo brasileiro para identificar temas técnicos de facilitação de comércio entre ambos os países. Realizou-se, no dia 26 de setembro, a 17ª edição do Diálogo, cuja agenda privilegiou a discussão de temas como simplificação normativa, facilitação de comércio, convergência regulatória e padrões de metrologia para contribuir ao fluxo de comércio de bens manufaturados e de serviços. O Diálogo é importante espaço para avançar a cooperação em temas técnicos que contribuirão ao ambiente de negócios e à promoção do comércio bilateral.

FÓRUM DE ENERGIA

Por ocasião da visita presidencial, lançou-se o Fórum Brasil-Estados Unidos de Energia (USBEF, na sigla em inglês), com o objetivo de aprofundar a parceria energética tanto no âmbito político quanto no aspecto comercial. O contexto é o de retomada e revitalização de agenda potencial entre o Brasil e o EUA no campo da energia, em particular nas áreas de petróleo/gás natural e energia nuclear. Primeiro encontro técnico do mecanismo ocorreu no Rio de Janeiro, no dia 23 de maio, com o objetivo de planejar ações conjuntas ao longo de 2019.

O ministro Bento Albuquerque, encontrou-se, no dia 11 de março, em Houston, com o secretário de Energia dos EUA, Rick Perry e há expectativa de visita da autoridade norte-americana ao Brasil, em data a definir, provavelmente de modo concomitante à conferência “OTC Rio 2019”, programada para acontecer entre 29 e 31/10/19.

No intuito de impulsionar as atividades relacionadas ao Fórum, está prevista a realização de videoconferência técnica, em outubro, que discutirá os meios concretos para promover a participação do setor privado. Avalia-se que o potencial de cooperação na área de energia beneficiar-se-á de crescente participação do setor empresarial, uma vez que podem identificar áreas de convergência e oportunidades comerciais específicas.

Em recente encontro entre o Ministro de Minas e Energia do Brasil e

o Secretário de Energia dos EUA, à margem da 63ª Conferência Geral da AIEA, ambos reiteraram o compromisso em aprofundar a cooperação no setor de energia, por meio do USBEF e incluindo a participação do setor privado.

COMISSÃO DE RELAÇÕES ECONÔMICAS E COMERCIAIS (ATEC)

A Comissão Brasil–EUA de Relações Econômicas e Comerciais (ATEC) foi instituída em março de 2011, por ocasião da visita de Estado do presidente Barack Obama ao Brasil. A Comissão é co-presidida pelo Itamaraty e pelo ministério da Economia (anteriormente ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC), do lado brasileiro, e pelo representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), do lado norte-americano.

Destacado como um dos resultados da visita do Presidente Jair Bolsonaro a Washington, em março, o relançamento da ATEC tem contribuído para a identificação de oportunidades concretas de cooperação econômica e de liberalização comercial entre os dois países. Os temas da ATEC, antes restritos a irritantes comerciais, hoje incluem também cooperação bilateral (reformas regulatórias, competitividade, medidas facilitadoras de comércio, propriedade intelectual e acesso a mercados, entre outros) e coordenação em organizações internacionais (temas agrícolas, OMC, OCDE).

Em agosto, realizou-se primeira videoconferência, que reuniu representantes de diversos ministérios e agências dos dois países, a fim de discutir temas específicos de cooperação bilateral, como proposta de protocolo de facilitação de comércio, o avanço de acordo de reconhecimento mútuo de operador econômico autorizado, entre outros. A segunda videoconferência da ATEC realizou-se no dia 9 de setembro. Avalia-se que a ATEC, em complemento a outros mecanismos de diálogo bilateral, como o Diálogo Comercial, contribui para o processo de liberalização comercial almejado pelos dois países.

O próximo passo será definir a data para a plenária da ATEC e os resultados concretos a serem alcançados até a reunião.

GLOBAL ENTRY

Trata-se de programa do governo dos EUA administrado pela “U.S. Customs and Border Protection” (CBP) do Departamento de Segurança Interior

que oferece trâmite migratório simplificado e rápido para viajantes pré-aprovados. Permite aos inscritos fazer trâmite de ingresso nos EUA em aeroportos selecionados por meio de quiosques automáticos, sem contato com agentes de imigração e evitando filas. Atualmente, nacionais de 11 países ou territórios participam do programa. Na região da América do Sul, integram o “Global Entry” (GE) a Argentina, a Colômbia e o Panamá. O Brasil seria o 12º, com um teto de até 10 mil brasileiros (mas esse número seria negociável).

Trata-se de prioridade do Conselho Empresarial Brasil-EUA, do Fórum de Altos Executivos, da Câmara de Comércio Brasil-EUA (AmCham) e do “Brazil-U.S. Business Council” da “U.S. Chamber of Commerce”.

Os presidentes Bolsonaro e Trump instruíram os governos do Brasil e dos EUA a viabilizarem o ingresso brasileiro ao programa. Comunicado conjunto da visita presidencial de março registra o seguinte entendimento: “os Presidentes concordaram em dar os passos necessários para permitir a participação do Brasil no Programa de Viajantes Confiáveis ‘Global Entry’ do Departamento de Segurança Interior”.

Nos últimos meses, o tema tem recebido crescente atenção nos ministérios e agências envolvidas do Brasil. Em novembro, foi possível assinar Declaração Conjunta contendo os parâmetros gerais da participação brasileira no programa. Com esse passo, terá início uma fase experimental para grupo pequeno de inscritos (até 20) como forma de gerar aprendizado sobre as necessidades técnicas e operacionais com vista a lançar, em prazo a ser acordado com o lado norte-americano, a fase piloto e, posteriormente, a execução plena do programa.

FÓRUM PERMANENTE DE SEGURANÇA

Lançado em 2018, o Foro Permanente de Segurança Brasil-EUA, tem por objetivo facilitar a articulação interagências e desenvolver estratégias operacionais em seis áreas temáticas: narcotráfico, tráfico de armas, delitos cibernéticos, lavagem de dinheiro e crimes financeiros, terrorismo e cooperação institucional. É presidido, do lado brasileiro, pelo MRE, e do lado norte-americano, pelo Departamento de Estado.

No âmbito de cada área temática preveem-se reuniões técnicas (videoconferências e presenciais) alternadamente no Brasil e nos Estados Unidos. Nessas ocasiões, os órgãos operativos debatem aspectos práticos e acordam estratégias comuns de combate aos crimes transnacionais.

Em 31/8/2018, realizou-se a primeira videoconferência, sobre tráfico

de armas. Videoconferência sobre terrorismo foi realizada em 28/9/2018 e sobre tráfico de drogas em 3/10/2018. Em 2019, ocorreram reuniões sobre terrorismo (24/4), lavagem de dinheiro (26/4) e crimes cibernéticos (9/5).

Com a inclusão do tema no Comunicado Conjunto de março de 2019, foi possível viabilizar reunião plenária na cidade de Washington, no dia 31 de outubro de 2019.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES COM IMPACTO SOBRE BIODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA

No âmbito da visita do presidente Jair Bolsonaro aos EUA, no dia 19 de março, o secretário de Relações Internacionais do ministério do Meio Ambiente, Roberto Castelo Branco Coelho de Souza, assinou com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), carta de intenção que prevê a criação de um fundo de USD 100 milhões para o desenvolvimento econômico da Amazônia.

A ideia é financiar iniciativas economicamente viáveis e com resultados positivos para conservação da floresta e sua biodiversidade, gerando renda para comunidades locais. O fundo contaria com recursos da USAID (USD 10 milhões) além de estar aberto para participação de financiamento privado brasileiro e norte-americano (USD 90 milhões). Fundo privilegiaria projetos de micro e pequenas empresas entre R\$ 100 mil e R\$ 4 milhões.

Além da criação do fundo de investimento, a carta de intenções cita a intenção de estreitar a colaboração bilateral no que diz respeito a compartilhamento de tecnologias de informações geoespaciais, monitoramento e sistemas de alerta.

A implementação do fundo foi um dos temas do II Fórum Brasil-EUA sobre Investimentos Florestais Inovadores, organizado em São Paulo de 30 a 31 de julho. O evento reuniu representantes dos setores público e privado de ambos os países para compartilhar experiências sobre projetos em curso nos setores de uso da terra e de gestão florestal sustentável.

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO NO CAMPO DA INFRAESTRUTURA

No dia 1º de agosto, durante a visita do secretário de Comércio, Wilbur Ross, a Brasília, foi assinado Memorando de Entendimento para

fortalecer a cooperação entre a “Overseas Private Investment Agency” (OPIC) e o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Casa Civil. O memorando propõe-se a desenvolver marco legal que delineia vias para o financiamento de projetos de infraestrutura que convirjam com os objetivos da OPIC e do Brasil. Ao recordar que a missão da OPIC é mobilizar o investimento privado dos Estados Unidos mediante financiamento direto ou do seguro de risco político a projetos de investimento, o Memorando entre a OPIC – PPI representa elemento adicional que contribuirá à promoção do fluxo de investimento externo dos Estados Unidos no Brasil.

III - CRONOLOGIA HISTÓRICA DOS EUA

1776 – Independência.

1861 – Início da Guerra Civil Americana (até 1865, com a derrota dos confederados).

1898 – Início da Guerra Hispano-Americana (aquisição de Porto Rico, Cuba e Filipinas).

1914 – Início da 1ª Guerra Mundial; Estados Unidos entram no conflito só em 1917.

1929 – Quebra da Bolsa de Nova York; Grande Depressão; “New Deal” de Roosevelt em 1932.

1941 – Ataque japonês a Pearl Harbor; bombas atômicas sobre o Japão em 1945.

1944 – Conferência de Bretton Woods cria FMI e Banco Mundial; dólar é reserva internacional.

1945 – Ata de São Francisco; criação da Organização das Nações Unidas.

1947 – Assinatura do GATT, Acordo Geral de Tarifas e Comércio (futura OMC).

1947 – Plano Marshall apoia a reconstrução europeia (US\$130 bilhões, em valores ajustados ao ano de 2006).

1949 – Criação da OTAN; início da Guerra Fria com a URSS.

1950 – Envolvimento norte-americano na Guerra da Coreia (até 1953).

1954 – Início do movimento de direitos civis.

1961 – Rompimento das relações diplomáticas com Cuba; tentativa de invasão da Baía dos Porcos.

1964 – Envolvimento militar no Vietnã após ataque a navio americano no Golfo de Tonkin.

1968 – Martin Luther King Jr. e Robert F. Kennedy são assassinados; Partido Democrata racha na Convenção em Chicago e Richard Nixon é eleito presidente.

1971 – EUA suspendem conversibilidade do dólar em ouro; crise monetária mundial.

1972 – Nixon visita a China; EUA e URSS assinam acordo para limitação de armas.

1973 – Embargo da OPEP causa choque do petróleo e crise na economia.

1974 – Nixon renuncia após escândalo Watergate.

1975 – EUA se retiram do Vietnã após intensa campanha de mobilização social.

1978 – Carter promove Acordo de Camp David (Sadat e Begin); fim do conflito Egito-Israel.

1981 – Governos Reagan. Invasão de Granada (1983) e escândalo “Irã-Contras” (1986).

1987 – Gorbachov e Reagan assinam tratado de redução de arsenal nuclear; declínio da URSS.

1990 – George Bush “pai” lidera Guerra do Golfo após invasão do Kuwait pelo Iraque.

1992 – Presidentes Bush e Gorbachov se encontram em Camp David; fim da Guerra Fria.

1993 – Assinatura do NAFTA (acordo de livre comércio e regras com México e Canadá).

2001 – Ataques ao World Trade Center e ao Pentágono fazem quase 3000 mortos.

2001 – George W. Bush inicia guerra contra o Afeganistão.

2003 – George W. Bush inicia guerra contra o Iraque.

2008 – Barack Obama é o primeiro afro-americano a eleger-se presidente da República

2010 – O partido democrata perde a maioria na Câmara nas “mid-term elections” de novembro.

2010 – Site "Wikileaks" inicia a divulgação de série de telegramas diplomáticos norte-americanos, expedidos entre 1966 e 2010.

2011 – Barack Obama ordena, durante visita de estado ao Brasil, início da incursão norte-americana à Líbia, em adiantamento a missão internacional que deporia Muammar Gaddafi.

2012 – Barack Obama é reeleito presidente.

2016 – Donald Trump é eleito presidente.

2018 – O partido Republicano perde a maioria na Câmara nas “mid-term elections” de novembro

IV - CRONOLOGIA DA RELAÇÃO BILATERAL

1824 – Os Estados Unidos reconhecem a Independência do Brasil (primeira nação a fazê-lo). Estabelecimento das relações diplomáticas. Abertura da Legação do Brasil em Washington.

1825 – Abertura da Legação dos Estados Unidos no Brasil.

1876 – Visita do Imperador Dom Pedro II aos Estados Unidos.

1905 – Elevação do status de ambas as Legações a Embaixadas. Joaquim Nabuco é o primeiro embaixador do Brasil em Washington e David E. Thompson é o primeiro embaixador dos Estados Unidos no Rio de Janeiro.

1936 – Visita do presidente Franklin Delano Roosevelt ao Brasil.

1947 – Visita do presidente Harry Truman ao Brasil.

1949 – Visita do presidente Eurico Gaspar Dutra aos Estados Unidos.

1960 – Visita do presidente Dwight D. Eisenhower ao Brasil.

1978 – Visita do presidente Jimmy Carter ao Brasil.

1982 – Visita do presidente Ronald Reagan ao Brasil.

1986 – Visita do presidente José Sarney aos Estados Unidos.

1990 – Visita do presidente George H. W. Bush ao Brasil.

1995 – Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso aos Estados Unidos.

1997 – Visita do presidente William J. Clinton ao Brasil.

2005 – Visita do presidente George W. Bush ao Brasil.

2006 – Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos Estados Unidos.

2007 – Visita do presidente George W. Bush a São Paulo (março) e assinatura de Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis.

2007 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Camp David.

2007 – Resolução da Câmara dos Representantes reconhece a “calorosa amizade” e a crescente “relação estratégica” entre Estados Unidos e Brasil (setembro).

2008 – Visita da secretária de Estado Condoleezza Rice a Brasília e Salvador. Assinatura do Plano de Ação para a Promoção da Igualdade Racial e Étnica (março).

2008 – Visita do ministro da Defesa Nelson Jobim a Washington (março). Promoção da reaproximação entre os dois países na área militar.

2008 – Visita da então ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, a Washington (abril).

2008 – 1ª reunião do novo “Brazil Caucus”, agrupamento informal que reúne parlamentares com interesse pelo Brasil e pelas relações bilaterais (setembro).

2009 – Visita do secretário-geral das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, a Washington (junho).

2010 – Visita da secretária de Estado, Hillary Clinton, ao Brasil (março). Lançamento do Diálogo de Parceria Global.

2011 – Visita do secretário do Tesouro, Timothy Geithner, ao Brasil (fevereiro). Diálogo sobre a situação econômica internacional.

2011 – Visita do Ministro Antonio de Aguiar Patriota aos Estados Unidos (23 e 24 de fevereiro). Diálogo sobre temas da agenda bilateral e global.

2011 – Visita do presidente Barack Obama ao Brasil (março). Assinatura de 10 acordos bilaterais.

2011 – Realização da II Reunião do Diálogo de Parceria Global, em Washington.

2012 – Visita oficial da presidente Dilma Rousseff aos Estados Unidos (9 e 10 de abril).

2012 – Visita ao Brasil da Secretária de Estado dos Estados Unidos da América, Hillary Clinton (16 e 17 de abril). Realização da III Reunião do Diálogo de Parceria Global, em Brasília, que teve por objetivo o estabelecimento dos "próximos passos" para a relação bilateral.

2012 – Visita da secretária de Segurança Interna dos Estados Unidos, Janet Napolitano, ao Brasil (julho). Aprofundamento do diálogo bilateral sobre vistos e migração.

2012 – Realização da IV reunião do Diálogo de Parceria Global. Anúncio da conclusão do Plano de Ação da Parceria em Aviação.

2013 – Visita do ministro Antonio Patriota a Washington (20 de maio).

2013 – Visita do vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, ao Brasil (31 de maio). Agenda com foco em assuntos econômicos e de energia.

2013 – Visita ao Brasil do secretário de Estado dos Estados Unidos da América, John Kerry (13 de agosto).

2013 – Visita do vice-presidente Joe Biden ao Brasil (31 de maio).

2015 – Visita do vice-presidente Joe Biden ao Brasil por ocasião da posse da presidente Dilma Rousseff (1º de janeiro).

2015 – Viagem do ministro Mauro Vieira a Washington (13 a 16 de janeiro).

2015 – Viagem da presidente Dilma Rousseff a Nova York, Washington e São Francisco (29 de junho a 1º de julho).

2016 – O ministro Mauro Vieira visita os Estados Unidos por ocasião da III Reunião da Comissão Brasil-EUA de Relações Econômicas e Comerciais e da IV Cúpula de Segurança Nuclear, em Washington (31 de março e 1º de abril).

2016 – O chanceler José Serra mantém encontro bilateral com o secretário de Estado John Kerry, no Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro, por ocasião da abertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (5 de agosto).

2017 – Visita do Subsecretário de Assuntos Políticos dos Estados Unidos, embaixador Thomas Shannon, ao Brasil, ocasião em que foi recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, José Serra (17 de dezembro).

2017 – O Ministro Aloysio Nunes Ferreira visita Washington e se reúne com o secretário de Estado dos Estados Unidos, Rex Tillerson (2 de junho).

2018 – Visita a Brasília do vice-secretário de Estado dos Estados Unidos, John J. Sullivan (22 de maio).

2018 – Visita a Brasília do vice-presidente dos Estados Unidos da América, Mike Pence, (26 e 27 de junho).

2018 – Visita de cortesia do secretário de Defesa dos Estados Unidos, James Mattis (Brasília, 13 de agosto).

2019 – O ministro Ernesto Araújo recebe o secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo (Brasília, 2 de janeiro), que representou o presidente Donald Trump na posse do presidente Jair Bolsonaro.

2019 – O ministro Ernesto Araújo visita os Estados Unidos (Washington, 5 a 7 de fevereiro), para encontros com membros do governo dos EUA, formadores de opinião, empresários e congressistas.

2019 – Visita oficial do presidente Jair Bolsonaro ao Estados Unidos (Washington, 17 a 19 de março), acompanhado dos Ministros das Relações Exteriores; Economia; Justiça e Segurança Pública; Ciência, Tecnologia Inovações e Comunicação; Minas e Energia e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas. Anúncio do apoio dos EUA ao ingresso do Brasil na OCDE. Anúncio da designação do Brasil como Aliado Prioritário extra-OTAN.

2019 – Visita oficial do vice-presidente da República, Hamilton Mourão (Washington, 8 e 9 de abril).

2019 – Visita do ministro da Defesa, aos EUA (25 a 29 de abril).

2019 – Visita de trabalho do chanceler Ernesto Araújo a Washington, para dar seguimento aos temas tratados na visita presidencial (29 de abril).

2019 - Visita do senhor presidente da República a Dallas, para receber o prêmio “Personalidade do Ano” da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos”, acompanhado dos ministros da Economia; Relações Exteriores.

2019 – Encontro entre os presidentes Bolsonaro e Trump à margem da Cúpula do G-20, na cidade de Osaka (28 de junho).

2019 – Visita do secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross, ao Brasil (São Paulo e Brasília – 30 de julho a 1º de agosto).

2019 – Visita do ministro Ernesto Araújo aos EUA, para a reunião inaugural do Diálogo de Política Estratégica (13 de setembro)

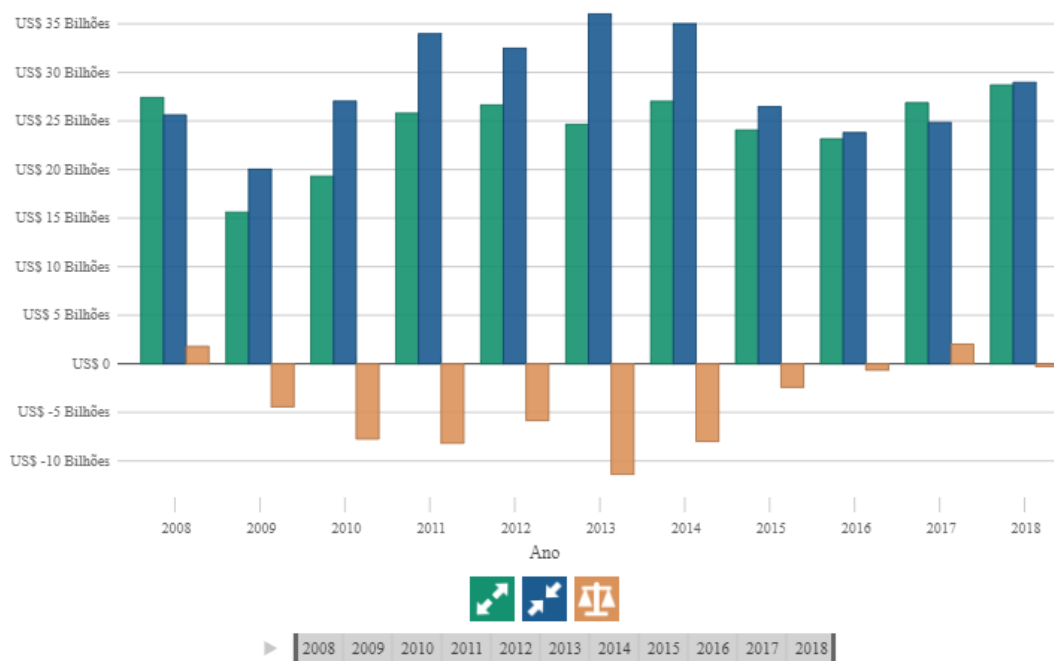
V - ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América em lançamentos a partir do Centro Espacial de Alcântara.	18/03/2019	x	Tramitação no Congresso Nacional (aprovado pelo plenário do Senado em 12.11)
Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América	30/06/2015	01/10/2018	26/06/2018
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Melhoria da Observância Tributária Internacional e Implementação do FATCA	23/09/2014	26/06/2015	25/08/2015
Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior	19/03/2011	03/04/2018	15/03/2018
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Matéria de Defesa	12/04/2010	26/06/2015	21/12/2015

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América Relativo à Assistência Mútua entre as suas Administrações Aduaneiras	20/06/2002	14/12/2004	06/04/2005
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear.	14/10/1997	15/09/1999	14/10/1999
Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América	14/10/1997	21/02/2001	21/12/2000
Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes	12/04/1995	28/04/1997	03/06/1997
Acordo sobre Transporte Aéreo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América	21/03/1989	13/01/1992	10/02/1992
Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Relativo à Cooperação em Ciência e Tecnologia.	06/02/1984	15/05/1986	04/07/1986

VI - TABELAS ECONÔMICAS E COMERCIAIS

➤ Exportações, importações e balança comercial: Brasil - Estados Unidos



*Variações em relação ao ano anterior.

➤ Principais categorias de bens exportados e importados pelo Brasil aos Estados Unidos entre janeiro e outubro de 2019

Total: US\$ 24,22 Bilhões



Total: US\$ 25,36 Bilhões



*Variações em relação ao mesmo período do ano anterior.

➤ Dados gerais de comércio bilateral entre Brasil e Estados Unidos

	Comércio bilateral em US\$ milhões				
	2015	2016	2017	2018	2019 (até outubro)
Exportações para os EUA	24.058.509.554	23.155.738.824	26.872.631.189	28.696.717.001	24.224.960.797
Importações dos EUA	26.474.508.676	23.805.730.109	24.846.597.607	28.967.774.648	25.361.811.948
Fluxo total (X+M)	50.533.018.230	46.961.468.933	51.719.228.796	57.664.491.649	49.586.772.745
Saldo Comercial	-2.415.999.122	-649.991.285	2.026.033.582	-271.057.647	-1.136.851.151

Lado do Brasil (dados oficiais do Ministério da Economia)					
Exportações para os Estados Unidos (em US\$ milhões)					
	2015	2016	2017	2018	2019 (até outubro)
Valor	24.058.509.554	23.155.738.824	26.872.631.189	28.696.717.001	24.224.960.797
Em relação às exportações totais	12,60%	12,50%	12,40%	12%	13,1%

Lado do Brasil (dados oficiais do Ministério da Economia)					
Importações dos Estados Unidos (em US\$ milhões)					
	2015	2016	2017	2018	2019 (até outubro)
Valor	26.474.508.676	23.805.730.109	24.846.597.607	28.967.774.648	25.361.811.948
Em relação às importações totais	15,44%	17,30%	16,40%	16%	16,8%

Lado dos EUA (dados oficiais do US Bureau of Economic Analysis)				
Exportações para o Brasil (em US\$ milhões)				
	2016	2017	2018	2019 (até setembro)
Valor	30.139.000	37.168.000	39.349.000	31.878.000
Em relação às exportações totais	2,08%	2,41%	2,37%	2,56%

Lado dos EUA (dados oficiais do US Bureau of Economic Analysis)				
Importações do Brasil (em US\$ milhões)				
	2016	2017	2018	2019 (até setembro)
Valor	24.609.000	27.801.000	29.734.000	23.569.000
Em relação às importações totais	1,20%	1,18%	1,17%	1,24%

(<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>)

(<https://www.bea.gov/data/intl-trade-investment/international-trade-goods-and-services>)

(<https://comtrade.un.org/>)

➤ **Principais produtos exportados do Brasil para os Estados Unidos por NCM/SH4 - 2010 a 2018 (em US\$ milhões)**

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1	NCM 2709 - Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	Valor 3.849.581.403 Percentual do valor total 19,70%	5.780.232.398 22%	5.577.677.018 20%	3.481.274.447 13,90%	3.407.143.867 12,50%	1.923.922.283 7,94%	1.120.847.853 4,79%	2.648.443.199 9,75%	3.076.150.225 10,50%
2	NCM 0901 - Café, mesmo torrado ou descafeinado; cascas e películas de café; sucedâneas do café contendo café em qualquer proporção	Valor 1.072.308.725 Percentual do valor total 5,48%	1.809.442.976 6,88%	1.065.407.195 3,82%	893.745.113 3,56%	1.200.507.846 4,40%	1.184.673.200 4,88%	943.658.898 4,03%	921.697.457 3,39%	775.457.169 2,64%
3	NCM 7207 - Produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado	Valor 339.041.598 Percentual do valor total 1,53%	1.496.319.685 5,70%	1.506.407.195 5,40%	1.373.588.027 5,48%	1.455.005.443 5,33%	1.060.567.790 4,37%	691.846.977 2,95%	1.089.284.493 4,01%	2.109.635.449 7,20%
4	NCM 4703 - Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução	Valor 821.137.297 Percentual do valor total 4,20%	875.764.181 3,33%	828.158.765 2,96%	958.654.372 3,82%	920.058.890 3,37%	961.287.735 3,96%	871.257.989 3,72%	979.378.338 3,60%	1.057.437.306 3,60%
5	NCM 8802 - Outros veículos aéreos (por exemplo, helicópteros, aviões); veículos espaciais (incluindo os satélites) e seus veículos de lançamento, e veículos suborbitais	Valor 461.744.835 Percentual do valor total 2,36%	652.394.971 2,48%	968.166.786 3,47%	1.138.776.884 4,54%	1.930.159.452 7,08%	2.806.987.323 11,58%	2.947.837.361 12,60%	2.280.555.661 8,39%	2.062.941.773 7,04%
6	NCM 6802 - Pedras de cantaria ou de construção (exceto de ardósia) trabalhadas e obras destas pedras	Valor 493.594.517 Percentual do valor total 2,52%	500.996.259 1,90%	571.518.727 2,04%	762.944.962 3,04%	781.559.833 2,86%	783.499.268 3,23%	702.710.057 3%	681.697.163 2,50%	582.313.229 1,98%
7	NCM 8411 - Turboreatores, turbopropulsores e outras turbinas a gás	Valor 172.553.482 Percentual do valor total 0,88%	193.689.083 0,73%	267.825.407 0,96%	1.032.849.463 4,12%	1.564.875.262 5,74%	1.679.101.260 6,92%	2.024.940.236 8,65%	2.277.649.798 8,38%	2.022.505.758 6,90%
8	NCM 7201 - Ferro fundido bruto e ferro spiegel (especular), em lingotes, linguados ou outras formas primárias	Valor 617.519.677 Percentual do valor total 3,16%	1.060.767.264 4,03%	905.648.994 3,24%	715.214.922 2,85%	706.900.233 2,59%	449.633.568 1,85%	186.319.735 0,79%	334.932.029 1,23%	289.164.434 0,98%
9	NCM 7224 - Outras ligas de aço, em lingotes ou outras formas primárias; produtos semimanufaturados, de outras ligas de aço	Valor 55.760.143 Percentual do valor total 0,28%	213.240.108 0,81%	437.282.923 1,56%	517.616.902 2,06%	750.532.434 2,75%	509.547.113 2,10%	582.631.984 2,49%	753.246.047 2,77%	1.024.144.110 3,49%
10	NCM 2207 - Alcool etílico não desnaturado, com um teor alcoólico, em volume, igual ou superior a 80 % vol; álcool etílico e aguardentes, desnaturados, com qualquer teor alcoólico	Valor 206.075.231 Percentual do valor total 1,05%	584.222.103 2,22%	1.517.208.104 5,44%	1.103.418.719 4,40%	488.029.312 1,79%	451.185.729 1,86%	421.801.756 1,80%	578.078.823 2,12%	511.377.540 1,74%

➤ **Principais produtos importados pelo Brasil dos Estados Unidos por NCM/SH4 - 2010 a 2018 (em US\$ milhões)**

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
1	NCM 2710 - Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; preparações não especificadas nem compreendidas em outras posições, contendo, como constituintes básicos, 70% ou mais, em peso, de óleos de petróleo ou de minerais betuminosos; resíduos de óleos	Valor	2.502.678.085	3.714.772.035	4.065.597.081	4.594.350.310	5.031.602.312	2.356.840.034	3.025.145.056	5.827.749.143	7.180.607.038
	Percentual do valor total	9,17%	10,80%	12,40%	12,60%	14,20%	8,80%	12,50%	23%	24%	
2	NCM 8411 - Turborreatores, turbopropulsores e outras turbinas a gás	Valor	1.479.093.459	1.731.128.361	1.772.701.360	1.780.172.982	1.934.402.938	2.297.050.254	2.409.203.305	764.079.134	436.317.547
	Percentual do valor total	5,41%	5,03%	5,40%	4,88%	5,45%	8,57%	9,95%	3,01%	1,45%	
3	NCM 3004 - Medicamentos (exceto os produtos das posições 30.02, 30.05 ou 30.06) constituídos por produtos misturados ou não misturados, preparados para fins terapêuticos ou profiláticos, apresentados em doses (incluindo os destinados a serem administrados por via percutânea) ou acondicionados para venda a retalho	Valor	699.639.271	804.125.319	737.276.431	784.915.764	805.407.355	697.336.425	734.546.382	701.079.572	664.872.261
	Percentual do valor total	2,56%	2,33%	2,24%	2,15%	2,27%	2,60%	3,03%	2,76%	2,22%	
4	NCM 2701 - Hulhas; briquetes, bolas em aglomerados e combustíveis sólidos semelhantes, obtidos a partir da hulha	Valor	1.150.673.010	1.860.981.258	1.360.588.728	1.090.517.554	834.039.962	609.198.373	520.979.546	1.074.198.788	1.150.353.874
	Percentual do valor total	4,21%	5,41%	4,14%	2,99%	2,35%	2,27%	2,15%	4,23%	3,84%	
5	NCM 3002 - Sangue humano; sangue animal preparado para usos terapêuticos, profiláticos ou de diagnóstico; antiseros; outras frações do sangue e produtos imunológicos, mesmo modificados ou obtidos por via biotecnológica; vacinas, toxinas, culturas de microrganismos (exceto leveduras) e produtos semelhantes	Valor	605.889.394	520.345.605	522.461.720	603.253.333	653.382.968	554.045.955	477.431.176	593.372.893	730.488.269
	Percentual do valor total	2,22%	1,51%	1,59%	1,65%	1,84%	2,06%	1,97%	2,34%	2,44%	
6	NCM 3105 - Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, que contenham dois ou três dos seguintes elementos fertilizantes: nitrogênio (azoto), fósforo e potássio; outros adubos (fertilizantes) produzidos do presente Capítulo apresentados em tabletes ou formas semelhantes, ou ainda em embalagens de peso bruto não superior a 10 kg	Valor	293.479.589	671.610.861	565.705.835	679.737.968	700.106.766	566.935.290	639.612.837	673.288.704	682.208.679
	Percentual do valor total	1,07%	1,95%	1,72%	1,86%	1,97%	2,11%	2,64%	2,65%	2,28%	
7	NCM 3808 - Inseticidas, rodenticidas, fungicidas, reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e produtos semelhantes, apresentados em formas ou embalagens para venda a retalho ou como preparações ou ainda sob a forma de artigos, tais como fitas, mechas e velas sulfuradas e papel mata-moscas	Valor	339.708.686	497.561.356	562.071.769	908.896.907	946.406.906	735.743.241	555.177.016	520.378.734	713.142.192
	Percentual do valor total	1,24%	1,44%	1,71%	2,49%	2,67%	2,74%	2,29%	2,05%	2,38%	
8	NCM 2711 - Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos	Valor	295.233.035	343.393.806	322.825.413	693.748.026	1.146.604.409	471.459.614	524.398.574	600.235.225	1.263.403.990
	Percentual do valor total	1,08%	0,99%	0,98%	1,90%	3,23%	1,76%	2,16%	2,36%	4,22%	
9	NCM 9018 - Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária, incluindo os aparelhos para ciniografia e outros aparelhos eletromédicos, bem como os aparelhos para testes visuais	Valor	468.062.901	511.712.504	537.885.915	617.168.310	649.085.737	600.170.658	497.467.274	460.234.884	478.217.220
	Percentual do valor total	1,71%	1,48%	1,64%	1,69%	1,83%	2,24%	2,05%	1,81%	1,59%	
10	NCM 8802 - Outros veículos aéreos (por exemplo, helicópteros, aviões); veículos espaciais (incluindo os satélites) e seus veículos de lançamento, e veículos suborbitais	Valor	567.209.808	752.142.076	613.721.467	630.341.500	596.211.746	366.316.071	241.842.803	221.412.950	340.683.508
	Percentual do valor total	2,07%	2,18%	1,87%	1,72%	1,68%	1,36%	0,99%	0,87%	1,13%	

➤ Principais parceiros comerciais dos Estados Unidos

		Fluxo total de comércio (X+M) em US\$ milhões								
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1 China	474.875	521.461	554.902	580.828	609.971	620.099	597.118	655.562	683.350
	2 Canadá	529.675	599.158	620.070	637.811	666.543	582.525	549.720	588.097	625.428
	3 México	395.915	463.402	495.832	509.203	537.102	534.926	526.463	559.240	614.630
	4 Japão	184.231	198.350	220.419	207.350	204.329	197.465	198.351	207.315	221.128
	5 Alemanha	132.124	149.615	159.670	163.269	174.560	176.811	165.431	173.524	185.678
	6 Coreia do Sul	89.428	102.067	103.280	106.297	116.216	117.490	114.189	121.769	132.705
	7 Reino Unido	99.002	108.158	110.858	101.067	109.124	114.990	110.433	110.413	128.042
	8 França	66.706	69.664	74.459	80.405	80.199	80.345	80.387	84.267	91.271
	9 Índia	49.957	58.997	64.010	65.028	68.592	68.129	69.392	76.167	89.946
	10 Itália	43.692	51.124	54.275	56.615	60.317	61.625	63.313	69.712	79.050
	11 Holanda	58.324	68.362	63.515	62.430	64.647	57.828	56.363	59.930	73.965
	12 Brasil	60.426	75.857	77.025	72.751	74.034	60.168	57.164	67.881	71.846

➤ Principais parceiros comerciais do Brasil

		Fluxo total de comércio (X+M) em US\$ milhões								
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
	1 China	56.381	77.105	75.478	83.329	77.961	66.326	59.233	74.808	98.936
	2 EUA	46.742	60.184	59.463	61.793	62.463	50.977	46.663	51.687	57.807
	3 Argentina	32.957	39.615	34.441	36.078	28.424	23.084	22.502	27.045	26.002
	4 Alemanha	20.691	24.252	21.488	21.734	20.468	15.548	13.991	14.131	15.772
	5 Holanda	12.000	15.906	18.147	19.677	16.203	12.513	12.109	11.136	14.725
	6 Chile	8.440	9.965	8.768	8.808	8.997	7.389	6.962	8.483	9.773
	7 México	7.574	9.090	10.077	10.024	9.032	7.966	7.341	8.752	9.418
	8 Coreia do Sul	12.182	14.791	13.599	13.671	12.357	8.542	8.329	8.316	8.822
	9 Japão	14.126	17.345	15.691	15.045	12.619	9.722	8.170	9.025	8.683
	10 Espanha	6.667	8.004	7.232	8.062	7.190	6.470	5.195	6.664	8.128

(<https://comtrade.un.org/>)